

# REVISITANDO A IDENTIDADE NACIONAL: RAÇA, GEOGRAFIA E TERRITÓRIOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

## REVISANDO LA IDENTIDAD NACIONAL: RAZA, GEOGRAFÍA Y TERRITORIO EN EL BRASIL CONTEMPORÂNEO

### REVISITING NATIONAL IDENTITY: RACE, GEOGRAPHY AND TERRITORIES IN CONTEMPORARY BRAZIL

Paulo Alberto dos Santos Vieira\*

Priscila Martins Medeiros\*\*

#### Resumo

As dimensões territoriais sempre foram densos componentes para os debates no âmbito da geografia e das ciências sociais. Em determinadas abordagens, como as do determinismo geográfico, relevo, clima e temperatura eram apresentadas como as de maior importância para o debate geográfico influenciando o pensamento social. De outro lado, um movimento de renovação teórica e metodológica ocorrida na geografia já a partir de fins do século XIX trouxe para o campo das reflexões críticas outras abordagens com as quais se pôde redimensionar a temática do território, engendrando possibilidades de superar as noções, largamente utilizadas até então, físicas associadas ao emblema território. Este redimensionamento possibilita, por exemplo, que no Brasil contemporâneo os debates que retomam o tema da identidade nacional também possam mobilizar categorias geográficas sob novas orientações. Neste Brasil contemporâneo, a geografia e o território são centrais para se problematizar, por exemplo, a questão da identidade nacional. Se em fins do século XIX e início do século XX, por exemplo, este território não daria suporte ao surgimento de uma nação, nota-se que por quase todo o século XX este mesmo território é imaginado como contínuo e homogêneo. Esta síntese permitiu a construção (no interior das relações sociais, da ideologia, da cultura e das condições materiais) de crenças baseadas na inexistência de assimetrias raciais no interior da nação, balizada pela dimensão do território nacional. Este raciocínio estava na base de uma síntese cultural que, reconhecendo sua *miscigenação*, afirmava não haver desigualdades baseadas na raça diferentemente de outras sociedades e territórios constituídos *diasporicamente*. Neste sentido, a experiência da diáspora negra no Brasil tem permitido por um lado, a reconstituição das dimensões físicas do território, como é o caso das comunidades negras remanescentes de quilombolas; e, por outro, o aprofundamento de questões em torno da identidade nacional. Este trabalho tem por objetivo demonstrar que no Brasil contemporâneo, há um amplo conjunto de reflexões críticas capazes de interrogar a clássica forma de organização do Estado Nacional (um povo, um território e uma nação) e que contribuem para reflexões em torno da diáspora negra nas Américas (em especial no Brasil) problematizadoras da homogênea identidade

---

\* Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Brasil. Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Educação, Gênero, Raça e Alteridade (NEGRA). Líder do Grupo de Pesquisa sobre Ação Afirmativa e Temas da Educação Básica e Superior (GRAFITE). Correio eletrônico: vieirapas@yahoo.com.br

\*\* Professora e atual coordenadora do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil. Correio eletrônico: medeiros.ufms@gmail.com

nacional. Estas críticas como, por ejemplo, a experiencia *diaspórica* nas Américas e no Brasil, tendem a redefinir noções de pertenças territoriais, bem como permitem a lançar a hipótese da elaboração de “novos” contornos explicativos para as identidades nacionais.

**Palavras-Chaves:** Raça / Território / Identidade nacional / Brasil contemporâneo

### **Resumen**

Las dimensiones territoriales siempre fueron densos componentes para los debates en el ámbito de la geografía y de las ciencias sociales. En determinados abordajes, como el determinismo geográfico, relieve, clima y temperatura eran presentadas como las de mayor importancia para el debate geográfico, influenciando el pensamiento social. Por otro lado, en la geografía ocurrió, a partir de finales del siglo XIX, un movimiento de renovación teórico–metodológico que trajo para el campo de las reflexiones críticas otros abordajes, que hicieron posible redimensionar la temática del territorio, generando posibilidades de superar las nociones físicas, ampliamente utilizadas hasta entonces, asociadas al símbolo del territorio. Ese redimensionamiento posibilitó, por ejemplo, que en el Brasil contemporáneo los debates que retoman el tema de la identidad nacional también pudieran movilizar categorías geográficas bajo nuevas orientaciones. En el Brasil contemporáneo, la geografía y el territorio son centrales para problematizar la cuestión de la identidad nacional. Mientras que a finales del siglo XIX e inicio del siglo XX, por ejemplo, este territorio no dio soporte al surgimiento de una nación, se nota que por casi todo el siglo XX este territorio es imaginado como continuo y homogéneo. Esa síntesis permitió la construcción (al interior de las relaciones sociales, de la ideología, de la cultura y de las condiciones materiales) de creencias basadas en la inexistencia de asimetrías raciales en el interior de la nación, marcada por la dimensión del territorio nacional. Este pensamiento estaba en la base de una síntesis cultural que, reconociendo su *miscegenación*, afirma que no hay desigualdades raciales diferentes de otras sociedades y territorios constituidos *diasporalmente*. En este sentido, la experiencia de la diáspora negra en Brasil ha permitido por un lado, la reconstitución de las dimensiones físicas del territorio, como es el caso de las comunidades *quilombolas*; y, por el otro, la profundización en cuestiones en torno a la identidad nacional. Este trabajo tiene por objetivo demostrar que en el Brasil contemporáneo, hay un amplio conjunto de reflexiones críticas capaces de interrogar la clásica forma de organización del Estado Nacional (un pueblo, un territorio y una nación) y que contribuyen a la reflexión en torno a la diáspora negra en las Américas (en especial en Brasil), problematizadora de una identidad nacional homogénea. Estas críticas, como por ejemplo la experiencia *diaspórica* en las Américas y en Brasil, tienden a redefinir nociones de pertenencia territorial así como permiten presentar la hipótesis de elaboración de "nuevos" contornos explicativos para las identidades nacionales.

**Palabras clave:** Raza / Territorio / Identidad Nacional / Brasil contemporáneo

### **Abstract**

The territorial dimensions always have been dense components for the debates within the geography and social sciences. In certain approaches, such as geographic determinism, relief, climate and temperature were presented as the most important for the geographic debate influencing social thought. On the other hand, a theoretical–

methodological renovation movement occurred in geography from the late 19th century brought to the field of critical reflections other approaches that have made it possible to re-dimension the territory's theme, generating possibilities to overcome physical notions, widely used until then, associated with the emblem territory. This resizing makes it possible, for example, that in contemporary Brazil debates that take up the theme of national identity can also mobilize geographical categories under new guidelines. In the contemporary Brazil, geography and territory are central to questioning, for example, the question of national identity. Whereas in the late nineteenth and early twentieth century, for example, this territory gave no support to the emergence of a nation, it is noted that for most of the twentieth century this same territory is imagined as continuous and homogeneous. This synthesis allowed the construction (inside social relations, ideology, culture, and material conditions) of beliefs based on the absence of racial asymmetries within the nation, marked by the size of the national territory. This thought was at the base of a cultural synthesis which, recognizing its *miscegenation*, affirms that there are no racial inequalities different from other societies and territories constituted *diasporically*. In this sense, the experience of the black *diaspora* in Brazil has allowed, on the one hand, the reconstitution of the physical dimensions of the territory, as is the case of the black communities remaining *quilombolas*; and, on the other, the deepening of questions about national identity. This paper aims to demonstrate that in contemporary Brazil, there is a broad set of critical reflections able to interrogate the classical form of organization of the National State (a people, a territory and a nation) and that contribute to reflections around the black *diaspora* in Americas (especially in Brazil) questioning the homogeneous national identity. These criticisms, such as the experience of the *diaspora* in the Americas and Brazil, tend to redefine notions of territorial belonging, as well as to hypothesize the elaboration of "new" explanatory contours to national identities.

**Key words:** Race / Territory / National identity / Contemporary Brazil

[Recibido: 29/03/2017 – Aceptado: 19/06/2017]

### **Introdução: comentários iniciais**

O debate sobre as relações entre grupos sociais no Brasil sempre foi muito intensa. Com a proibição do tráfico de escravizados em 1850 este debate ganhou novos impulsos, especialmente considerando a permanência do instituto da escravidão já largamente criticado em várias partes do mundo àquela época.

No Brasil o tema da proibição do tráfico de escravizados associou-se, rapidamente, à questão agrária. Inexistente como mercadoria até meados do século XIX, a terra, a partir de então, passou a se constituir em um importante ativo, cumprindo vários objetivos, inclusive o de reserva de valor.

É partir deste período que o acesso à terra passou a exigir condições financeiras mínimas, o que estava bem distante da população negra mantida sob o regime do trabalho compulsório ainda que o tráfico tivesse sido extinto pelo menos em termos formais.

Também é por volta de meados do século XIX que algumas teorias baseadas na supremacia racial passam a ganhar destaque e até o fim deste século se consolidam e se enraízam como produções científicas com importantes desdobramentos sobre a relação que se estabelecia entre países centrais e suas colônias e, sobretudo, em alusão ao relacionamento entre grupos sociais que violentamente eram “integrados” nas sociedades coloniais e, no centro do sistema, passavam a ser diferenciados a partir de uma narrativa constituidora da identidade nacional.

Este artigo pretende problematizar a identidade nacional no Brasil a partir de duas referências centrais: as teorias racialistas e as bases de construção do território nacional. Nossa hipótese básica é que estas teorias associadas a concepção de território uno e homogêneo, foi fundamental para o surgimento de relações sociais baseadas na assimetria, na desigualdade e na impossibilidade de que determinados grupos pudessem realizar plenamente sua humanidade.

Ao se intensificar no Brasil os debates acerca da construção da nação, em um país que se constituía com tal em fins do século XIX, o ambiente político, científico e cultural desta época implicou em percepções hierárquicas não apenas do ponto de vista social, mas entronizou a raça como constructo fundante do território, da nação e da sociedade.

### **Brasil: população negra, economia, sociedade e nação**

Diante da proibição do tráfico negreiro, das pressões externas, das críticas à escravidão, do crescimento dos grupos abolicionistas e da ampliação das formas de luta e resistência da população negra – escravizada ou não –, ganhava espaço nos debates públicos que as “raças” eram portadoras de um conjunto específico de atributos morais e civilizatórios. Esta noção ganhava consistência e se propagava pelo mundo moderno.

A construção da ideia de raça no século XIX, um dos alicerces do território e da identidade nacional, estruturou-se, por meio de rígidos princípios, uma acentuada diferença entre brancos e negros. Esta mesma autora destaca que o imaginário europeu estava repleto de concepções baseadas em hierarquias raciais e que eram largamente difundidas (Santos, 2002, pp. 59–61).

Por um lado, a condenação à escravidão conquistava amplas camadas da sociedade brasileira; por outro, a tese de que a passagem de um modelo a outro deveria ocorrer com recurso à migração era cada vez mais partilhada por muitos dos que se apresentavam publicamente; aos poucos ia sendo construída a ideia da natural inferioridade do negro e sua suposta condição subalterna.

Neste sentido, a categorização que é construída no âmbito da expansão colonial – negro – compõe e é resultado deste mesmo processo que no Brasil permitirá a dissociação sobre o fim da escravidão e o futuro da população negra. Uma nesga se abria entre o passado e o futuro. Portanto, é na conjugação da expansão colonial com a “criação científica das raças” no mundo moderno e o momento que vivia a sociedade brasileira – da passagem da escravidão ao trabalho livre – que encontramos as raízes das graves conseqüências a que foi submetida a população negra desde então (Seyferth, 2002, p. 16).

À passagem do trabalho compulsório ao assalariado, portanto, engendrou hierarquias que não se assentavam mais no binômio senhor/escravo. Novas relações assimétricas

estavam em curso ao longo daqueles anos e que (re)atualizavam o binômio anterior ainda que, formalmente, a escravidão houvesse sido abolida. No caso brasileiro, Abolição e República tenderam a estruturar também em termos raciais a “nova” sociedade que surgia, atribuindo para determinados grupos sociais relevantes papéis sociais e relegando outros a total invisibilização.

Em outras palavras, o fim da escravidão não implicou no término do estigma que recaía sobre a população negra; pelo contrário as marcas (físicas e simbólicas) que recaíam sobre os negros escravizados parecem ter-se ampliado na medida em que esta população era ignorada por completo em sua existência. O foco do desconforto social era o instituto da escravidão e não os seres desumanizados pelo regime da desigualdade extrema. Uma complexa operação estava em curso: construção de dispositivos discursivos (Hall, 2006, pp. 05–30) de veemente condenação à escravidão e, ao mesmo tempo, a elaboração de uma atribuída inferioridade negra *vis-a-vis* aos brancos, nacionais ou não.

Esta complexa operação esteve presente de maneira acentuada. Não se tratava apenas da erradicação do trabalho compulsório, mas efetivamente que modelo de nação resultaria naquele momento; quais os atores sociais, políticos, culturais e, sobretudo, raciais, estariam no centro da cena política. A população negra se tornava um obstáculo ao desenvolvimento e modernização das instituições que em fins do século XIX tinham na Europa seu parâmetro de civilização. A Abolição da Escravidão e a Proclamação da República também compõem um cenário mais amplo, no interior do qual não existia espaço público para os que não se “adequavam” às novas formas de convívio social.

Ou seja, em um regime no qual os cidadãos tornaram-se figuras centrais e em uma sociedade que se pautava pela igualdade, fora descartada desde o princípio, a participação da população negra que em sua maioria no fim do século XIX já não estava submetida ao trabalho compulsório. Mesmo livres, os negros não eram considerados partícipes daquela vigorosa transformação por qual passava a sociedade brasileira (Carvalho, 2009, pp. 131–153). Em fins daquele século ganhava densidade a tese de que se o Brasil quisesse fazer parte do “mundo civilizado” deveria empreender ações e impulsionar políticas que estimulasse a presença de imigrantes europeus e da branquitude em detrimento de um enorme contingente populacional de negros, supostamente inferiores na construção da subalternidade.

Desta maneira, a idéia de raça e a racialização (Silvério, 1999, pp. 57–98) da população negra foi se naturalizando e crenças foram se ampliando tendo sempre como parâmetro a tese da “inadequação” do negro para a constituição da nação. Este enquadramento parece encontrar respaldo em alguns. Destarte, foi ganhando estatuto de veracidade a impossibilidade de se pensar àquela passagem, de um modelo a outro, de uma sociedade a outra, considerando como elemento constitutivo desta nova sociedade em formação a população negra (Theodoro, 2008, pp. 06–18).

Associavam-se de maneira irremediável as categorias de cor à existência de raças e no interior desta uma poderosa construção ideológica e social. As raças cumpriam papéis absolutamente distintos entre si; as hierarquias raciais e seus desdobramentos preconceituosos se consolidavam celeremente. No topo da pirâmide social o elemento branco, responsável pela modernização e civilidade tanto desejada por aquela sociedade; na base da mesma pirâmide os negros, sobre os quais repousavam todas as impossibilidades: da cidadania, da igualdade, do *ethos* laboral e do convívio social numa ordem em que se

entendia como liberal e republicana. A noção de raça em fins do século XIX tornara-se, então, responsável por decisões que orientavam não só os rumos do processo abolicionista, mas também influíam nas decisões políticas e delineavam a sociedade brasileira. Ao que tudo indica, a questão pareceria não prender-se exclusivamente contra o regime escravocrata que depunha contra “a fé e a razão”.

Acoplavam-se outras dimensões no interior do debate abolicionista e republicano, qual seja: que nação surgiria daqueles novos tempos; e que tipo de sociedade seria construída considerando uma população cuja presença de não-brancos era acentuada. Este quadro político e social, que aniquilava qualquer possibilidade de participação da população negra em uma sociedade cuja motivação era um tipo de modernização que negava sua própria história, ou pelo menos parcela expressiva desta história, pode ser explicado pela confluência de vários aspectos, destacando-se, sobretudo, a expansão colonial e as teorias racialistas (Ortiz, 2008, pp. 31) que buscavam atribuir legitimidade e sustentação às sociedades e Estados Nacionais europeus supostamente homogêneos do ponto de vista cultural, religioso e racial.

As alteridades foram enquadradas por ramos científicos de forte conteúdo biologizante, como exemplificam a antropometria, frenologia e a eugenia (Diwan, 2007, pp. 27–42). Esta Ciência que emergia e se consolidava naquele período – imersa em padrões culturais que definiam e identificavam escalas civilizatórias para todos os grupos étnicos e raciais – era largamente utilizada para justificar a empreitada modernizante, constituindo-se, assim, em um dos mais importantes pilares sobre os quais a modernização da economia e da sociedade brasileira se erigia.

A Ciência se tornava uma das fontes mais destacadas no exercício do poder colonial. No Brasil, a conjugação de interesses nacionais e internacionais encontrara entre abolicionistas e republicanos, ampliava a aceitação das teses racialistas cujo pressuposto residia em uma relação unívoca entre “civilização e branquitude”, e “barbárie e negritude”.

Enfim, a construção da nação assentava-se na efetiva discriminação racial contra os não-brancos de um modo geral e, especialmente, contra os negros sequer pensados como sujeitos de sua própria história. Estas teses cumpriram importante papel na definição dos contornos sociais e políticos da sociedade brasileira.

A força com que as teses racialistas foram introduzidas na sociedade brasileira, fizeram, por exemplo, com que a ciência eugênica estivesse presente na educação, na saúde e na política de imigração – seja estimulando os europeus ou impedindo africanos e asiáticos – e em tantos outros setores da sociedade impingindo uma situação de completa desigualdade entre os diferentes grupos sociais que por muito tempo esteve oculta sob o manto nacional (Munanga, 2004, pp. 26–52).

Medeiros (2004, pp. 102–105) e Medeiros (2009, pp. 90–120) trazem, respectivamente, importantes contribuições neste sentido ao destacarem as restrições legais à imigração de africanos e asiáticos e o caráter eugênico presente na Constituição de 1934. Só mais recentemente tais aspectos têm sido amplamente interrogados tanto do ponto de vista teórico, quanto político e social, o que contribui para que as ciências sociais produzidas no país ampliem seus enquadramentos problematizando algumas das mais tradicionais interpretações acerca da sociedade brasileira. Parcela desse aporte teórico mais tradicional tem persistido na tese de que a sociedade brasileira teria equacionado suas relações.

Ao estabelecer rígidos códigos de comportamento e conduta, hierarquias sociais racialmente assimétricas e pautar-se pela construção de uma nação (supostamente) branca e civilizada, determinados grupos da sociedade brasileira estabeleciam divisões que puderam dispensar, neste caso, a elaboração de legislação segregacionista. Diferentemente de outras sociedades, no Brasil a população negra estava sob permanente interdição legal, psicológica e cultural (Fanon, 2008).

De um modo geral, não foi no plano legal que se constituiu um regime de separação, de distinção entre negros e brancos; este se dava na experiência das relações sociais cotidianas que eram fortemente demarcadas por ideais eugênicos, civilizatórios, europeus e brancos, que, numa rara síntese, significavam sempre a mesma coisa: a recusa da participação dos negros dos rumos da nação. Sob este ângulo de observação, a ideologia do branqueamento fora articulada de forma a fazer-se incidir não apenas em relação ao imigrante.

Era essencial que aquela mesma população menosprezada se comportasse como previam os manuais e receituários científicos da época ratificando, assim, o que se queria comprovar: a inferioridade e inaptidão do negro. A construção da nação, para estes, requeria que o recurso à imigração se transformasse na demiúrgica redenção da sociedade brasileira. Signo e símbolo da moderna civilização caberia ao imigrante europeu balizar os rumos sociais do país que se apresentava para o mundo como uma nação que emergia para o desenvolvimento sócio-econômico e o progresso tecnológico e material, respaldada por sua “pureza de raça”.

### **Mestiçagem: território e identidade nacional revisitados**

Pesquisas recentes como as realizadas por Henriques (2001) e Paixão (2008)<sup>1</sup> têm demonstrado ao longo de séries históricas bastante extensas que as distâncias e assimetrias –sociais, econômicas, materiais, etc.– entre a população branca e os demais grupos raciais, são acentuadas e duradouras ao longo do tempo pondo em xeque a idéia de que tais desigualdades seriam heranças perversas do período escravocrata. Tais posições de poder e prestígio, que se constituíram ao longo de séculos de teorias, práticas e políticas racistas, tendem a ser naturalizadas no atual debate sobre as relações raciais no Brasil.

Quando a temática racial é reintroduzida no debate nacional as reações críticas parecem ter como suposto que esta temática apenas é importante ou envolve exclusivamente indivíduos negros. Esta maneira de se inscrever no atual debate é tão reveladora de uma concepção de mundo onde a branquitude é praticamente inquestionável que as hierarquias sociais, também consolidadas do ponto de vista racial (reconhecimento, visibilidade e prestígio, por exemplo), sequer são vislumbradas como questões relevantes e emblemáticas das desigualdades. Bento (2002, pp. 48 e 49) ao dialogar com a socióloga

---

<sup>1</sup> Coordenado por Marcelo Paixão e Marcelo Ferreira o Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais, e Estatísticas das Relações Raciais do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LAESER/IE/UFRJ) tem se mostrado uma importante ferramenta, além das estatísticas oficiais, que contribui com a identificação e redimensionamento das desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira. Para maiores detalhes consultar: [www.laeser.ie.ufrj.br](http://www.laeser.ie.ufrj.br). Acesso em 31 de julho de 2011.

Ruth Frankenberg compartilha uma perspectiva que chama a atenção para os sistemas cujos fundamentos estejam ancorados na diferença, pois de acordo com a autora tais sistemas societários

...moldam os privilégios tanto quanto os que são por eles oprimidos. Dessa forma, brancos são racializados simplesmente por viverem numa sociedade racializada, e, se as pessoas brancas não percebem essa racialização ou se vêem como racialmente neutras, torna-se imprescindível observar a racialidade de ser branco. A autora [Frankenberg] entende branquitude como um posicionamento de vantagens estruturais, de privilégios raciais. Também ressalta que é um ponto de vista, um lugar com base no qual as pessoas brancas olham a si mesmas, aos outros e à sociedade. Finalmente, observa que a branquitude diz respeito a um conjunto de práticas culturais que são normalmente não-marcadas e não nomeadas.

Estes contornos da branquitude estão e sempre estiveram presentes na produção do conhecimento acerca das desigualdades e do território na sociedade brasileira. Quando outras lentes se debruçam sobre as mesmas desigualdades assinalando que há uma relação umbilical com a temática racial, novos horizontes foram descortinados como parece apontar a interação entre território e diáspora para se revisitar o debate sobre a identidade nacional.

Se no Brasil na segunda metade do século XIX o paradigma científico da existência das raças<sup>2</sup> imiscuiu-se com as questões do Estado Nacional – como exemplificam a busca da configuração de um território uno e homogêneo, a política de imigração e a premissa constitucional do estímulo à educação eugênica de 1934 – à passagem a um novo modelo de base cultural no século XX – a pretensa síntese cultural – não significou expressivas mudanças no que concerne às relações entre os distintos grupos sociais.

Entretanto, deve-se observar que para uma parcela da sociedade brasileira e mesmo do pensamento social o novo modelo – que se ancorava em valores culturais e políticos distintos das classificações biológicas anteriores – era apresentado como a grande contribuição tropical ao equacionamento de tensões raciais. Esta crença foi responsável, em alguma medida, pela escolha do Brasil para a aplicação e o desenvolvimento de pesquisas sobre relações raciais patrocinadas pela UNESCO na década de 1950 como assinala Maio (2007, p. 12).

Ainda que as conclusões da “pesquisa UNESCO” tenham sido dissonantes das motivações iniciais, isto é, da existência do paraíso racial, o novo elemento que se via no tabuleiro eram as produções científicas que desde então já indicavam existir questões complexas a serem enfrentadas pelas equipes de pesquisa na Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

Atribuída ao sociólogo Gilberto Freyre a pretensa síntese cultural, a que nos referimos alterou os patamares sobre os quais eram erguidas as interpretações sobre a

---

<sup>2</sup> De acordo com Santos (2010: pp. 85 e 86) “a história da antropologia no fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX provê abundantes exemplos de como eram difundidas explicações que alimentavam convicções acerca da desigualdade entre as raças, da dominância do biológico sobre o cultural, o intelectual e o moral, e das conseqüências negativas dos cruzamentos inter-raciais”.

interação entre as raças no Brasil moderno. Nesta síntese o que era condenado, o que fora negativamente – a mistura entre as raças – conquistara lugar de destaque, indicando mesmo haver vantagens na mestiçagem (ou hibridismo como pode ser encontrado em algumas passagens freyreanas). O que fora apresentado como um dos grandes problemas da nação e o que fora interpretado como um dos maiores estigmas do país, assumia outra coloração sob a pena de Freyre. A miscigenação ganha contornos definidos e de missão civilizatória. Da recusa ao mix racial que predominou entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, erigia-se um instrumental que deslocava os termos do encontro das raças e, por conseguinte, da formação da nação ancorada na noção de território nacional. A noção biologizante de raça e todos os seus desdobramentos fora superada por uma perspectiva ancorada no âmbito da cultura.

Evidentemente que estas mudanças estão relacionadas com alterações mais profundas na sociedade brasileira, conforme demonstram alguns estudos<sup>3</sup>. Trata-se de um percurso histórico que remonta as décadas iniciais do século XX e que de alguma maneira respondeu favoravelmente aos desafios de pensar e constituir a nação a partir da herança passadista em um cenário no interior do qual sociedades com características assemelhadas ao Brasil estavam fadadas à exclusão dos circuitos internacionais, sejam eles culturais, econômicos ou políticos. Na obra de Gilberto Freyre há, de acordo com Araújo (2005, p.27), uma perspectiva inédita, qual seja: atribuir valores positivos a uma das principais características da sociedade e da população brasileira. Em outras palavras, redimensionar aquela realidade de modo a fazer com que o encontro dos diversos grupos raciais – brancos, negros e indígenas – simbolizasse uma nova e positiva identidade nacional.

Interessa-nos, fundamentalmente, delinear os significados presentes na obra de Freyre que serão apropriadas por parte da intelectualidade brasileira nas décadas seguintes e que passarão a operar como o bastião da igualdade racial. É aqui que a interpretação da sociedade brasileira proposta pelo eminente sociólogo possui grande importância. A ambição contida nas teses de *Casa Grande e Senzala* reside na elaboração de um projeto nacional no qual a raça deixa de ser caracterizada pelo contorno biologizante e a transfere para a dimensão da cultura. Uma das principais conseqüências é a vibrante defesa da viabilidade (inclusive econômica e portadora de um *ethos* civilizatório único, ímpar) da nação que o coloca em rota de colisão com os arautos da geração intelectual anterior (Schwarcz, 2001, pp. 22 a 26).

Compondo este novo quadro ideológico e político surge o que poderíamos denominar de valorização das alteridades africanas e ameríndias presentes na sociedade brasileira. Rompendo com as posturas prevalentes nos espaços científicos e acadêmicos,

---

<sup>3</sup> Dentre os vários estudos dedicados ao debate historiográfico entre fins de século XIX e as décadas iniciais do século XX, destacamos uma passagem que se encontra em Carvalho (2009: pp. 90, 91 e 92) “Internamente, a fermentação oposicionista começou a ganhar força na década de 20. Depois dos operários, foram os militares que começaram a agitar-se. Em 1922, houve uma revolta de jovens oficiais no Rio de Janeiro. Em 1924, eles se revoltaram novamente em São Paulo, onde controlaram a capital por alguns dias [...] O fermento oposicionista manifestou-se também no campo cultural e intelectual. No ano de 1922, foi organizada em São Paulo a Semana de Arte Moderna [...] O movimento aprofundou suas idéias e pesquisas e colocou em questão a natureza da sociedade brasileira, suas raízes e sua relação com o mundo europeu [...] desde o início, mesmo na versão puramente estética do movimento, ele já trazia em si uma crítica profunda ao mundo cultural dominante”.

Freyre estabelece um drástico corte e alça indígenas e, sobretudo, negros para uma situação até então inexistente. Ou seja, a partir da construção realizada por Gilberto Freyre grupos sociais até então entendidos como obstáculos para o desenvolvimento nacional passam a ser encarados sob outra ótica. Tais grupos adquirem, na obra de Freyre, *status* que os equiparam aos demais grupos. Estabelece-se o reconhecimento social de suas contribuições na formação da nação<sup>4</sup>.

Concomitantemente, coesiona todas as raças em torno de uma pertença que se sobrepõe às demais. A pertença nacional se tornava a responsável pelos amálgamas que reuniram todos os indivíduos acima (e talvez por cima) de suas diferenças étnicas e raciais. O postulado de Gilberto Freyre – cuja base repousa na ressignificação positiva da mestiçagem e na criação de uma suposta democracia racial – passa a ter ampla aceitação no interior de uma sociedade que se modernizava celeremente sob os desígnios de um capitalismo em construção (Fonseca, 1999). Ao transformar a mestiçagem no símbolo da alma nacional Freyre propôs um novo tipo de entendimento para a nação.

Nesta abordagem o povo brasileiro surge como a grande síntese tropical, moderna e democrática. As bases para se pensar um Estado Nacional uno e homogêneo estavam dadas por intermédio da unidade do idioma, do território e, agora, do povo que aos poucos deixava de ser uma prejudicial mistura de “raças” para ser recoberto pelo manto da nacionalidade. Esta novidade no pensamento social brasileiro anunciava a existência de uma sociedade balizada pela flexibilidade em suas relações sociais, deixando para trás a rigidez tão cara aos preceitos defendidos pelos que eram contrários à mistura racial. Uma nação moderna, civilizada, democrática e que compartilhava o mesmo território surgia no cenário internacional. Neste modelo, os termos biológicos da inegável e violenta miscigenação conquistavam roupagem cultural em termos de mestiçagem que passava a ser encarada de forma positiva; e os antagonismos das relações escravocratas eram flexibilizados sob o mito de uma democracia racial. Mestiçagem e democracia racial constituíam-se nas bases culturais, políticas e territoriais da sociedade brasileira desde então.

O projeto concebido por Freyre para explicar as relações sociais de uma sociedade como a brasileira, marcada por escravismo e latifúndio, tornava-se plenamente compatível com as políticas nacionais advogadas pelos vitoriosos da “Revolução de 30”. O desenho institucional do período apontava de modo explícito a necessidade da construção de um *ethos* nacional e modernizante, que se baseava na idéia de um território capaz de unificar a nação brasileira. Ratificando o que já se disse, a miscigenação é o resultado do violento

---

<sup>4</sup> De acordo com Guimarães (2005: pp. 62, 63 e 64) “No século passado [século XIX], não havia dúvidas de que as “raças” eram subdivisões da espécie humana [...] caracterizadas por particularidades morfológicas, tais como cor da pele, forma do nariz, textura do cabelo e forma craniana. A tais particularidades físicas, juntavam-se características morais, psicológicas e intelectuais, que se supunham definir o potencial diferencial das raças para a civilização [...] Com a aparição de Casa Grande & Senzala, em 1933, estava dada a partida para uma grande mudança no modo como a ciência e o pensamento brasileiros encaravam os povos africanos e seus descendentes, híbridos ou não. Gilberto Freyre (1933), ao introduzir o conceito antropológico de cultura nos círculos eruditos nacionais, e ao apreciar, de modo positivo, a contribuição dos povos africanos à civilização brasileira, representou um marco no deslocamento e no desprestígio que, daí em diante, sofreram o antigo discurso racista de Nino Rodrigues e, principalmente, o pensamento da escola de medicina legal italiana, ainda influente nos meios médicos e jurídicos nacionais”.

intercurso sexual entre colonizadores e as populações autóctones e africanas para cá trazidas, ambas sob o jugo da escravização. Esta dimensão jamais pode ser confundida com a mestiçagem responsável pela hierárquica construção de valores nacionais, que supostamente equiparava contribuições de imigrantes europeus, etnias africanas e indígenas. Fazer com que ambos os conceitos se interpenetrassem foi a estratégia utilizada para a consecução de uma suposta democracia batizada de racial, no interior da qual estariam estabelecidos padrões supostamente horizontais de reconhecimento, prestígio e igualdade entre imigrantes, africanos e indígenas. Nada mais enganoso como podemos observar nos processos de demarcação de terras indígenas, quilombolas e de assentados. Na verdade unidades territoriais que desestabilizam, sobretudo nos dias de hoje, a noção que se buscou consolidar da unidade e unicidade territorial (Santos, 2006, pp. 39–61).

O processo de miscigenação é nuclear na construção da chamada democracia racial. Democracia esta que ao propor a superação do biológico por intermédio do cultural, reatualizava importantes códigos coloniais e dispositivos discursivos que na verdade mantinham as manifestações não-brancas e seus respectivos territórios subordinados à lógica racial em tempos da construção de valores nacionais de brasilidade. Deste modo é que esta síntese cultural pode ser classificada como pretensa, na medida em que os elementos culturais eram rearticulados sem que a população negra e os povos indígenas passassem a ocupar posições de reconhecimento e prestígio social. Esta síntese rompia, conservando. Rompia com as teorias racialistas que acenavam para a inviabilidade das nações mestiças e conservava as percepções sobre os “Outros”. Estes – negros, indígenas, mulheres, dentre outros grupos sociais permaneciam segregados e alijados dos direitos que o período iria consolidar (Costa, 2009). Considerando aspectos desta pretensa síntese buscamos em Moya (2009, p. 181) reflexão que auxilia a compreender a extensão e a centralidade que a mestiçagem alcança na sociedade brasileira, pois de acordo com a autora:

A mestiçagem é um conceito cultural mais abrangente que a miscigenação, pois está diretamente associada aos pilares fundamentais da constituição conceitual do Estado–Nação. Pois na medida em que as prerrogativas de sua formação eram a delimitação de um único território, uma única língua e um único povo e que tais fatores não estavam dados e muito menos eram exclusivos a problemática das fronteiras, hibridações e misturas dos territórios, das línguas e povos tornou-se um fator social bastante relevante [...] A mestiçagem, tal como conhecemos hoje, surgiu destas demandas culturais homogeneizantes da formação das nações modernas como um processo assimilacionista que visou dar inteligibilidade específica e exclusiva a algumas nacionalidades. Processo do qual a miscigenação faz parte, como uma forma de gerir a composição racial dominante, que no caso brasileiro, por exemplo, objetivou o branqueamento da população.

Neste sentido, não nos parece haver exageros quando se afirma sobre a existência de uma conjugação entre interesses de setores da sociedade – governantes, intelectuais, militares, classes médias etc. – que convergiam para a consolidação dos interesses “nacionais” de uma sociedade cujos antagonismos tinham sido, no modelo interpretativo de Freyre, dirimidos em bases culturais.

Dentro desta perspectiva destacamos o entendimento de Ortiz (2008, pp. 40 e 41) ao afirmar que:

Com a Revolução de 1930, as mudanças que vinham ocorrendo são orientadas politicamente, o Estado procurando consolidar o próprio desenvolvimento social. Dentro deste quadro, as teorias raciológicas tornam-se obsoletas; era necessário superá-las, pois a realidade social impunha um outro tipo de interpretação do Brasil [...] o trabalho de Gilberto Freyre vem atender a esta „demanda social“ [...] Gilberto Freyre reedita a temática racial, para constituí-la, como se fazia no passado, em objeto privilegiado de estudo, em chave de compreensão do Brasil [...] na época em que escreve, as teorias antropológicas que desfrutam de estatuto científico são outras, por isso ele se volta para o culturalismo de Boas. A passagem do conceito de raça para o de cultura elimina uma série de dificuldades colocadas anteriormente a respeito da herança atávica do mestiço [...] Mas a operação que *Casa Grande e Senzala* realiza vai mais além. Gilberto Freyre transforma a negatividade do mestiço em positividade, o que permite completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada. Só que as condições sociais eram agora diferentes, a sociedade brasileira já não mais se encontrava num período de transição, os rumos do desenvolvimento eram claros e até um novo Estado procurava orientar essas mudanças. O mito das três raças torna-se então plausível e pode-se atualizar como ritual. A ideologia da mestiçagem, que estava aprisionada nas ambigüidades das teorias racistas, ao ser reelaborada pode difundir-se socialmente e se tornar senso comum [...] O que era mestiço torna-se nacional.

Decorridos menos de meio século entre a Abolição da Escravidão (1888) e a publicação de *Casa Grande e Senzala* (1933) e sem que houvesse tido algum tipo de política de reparação possibilitando a população negra ingressar na cena pública – seja no acesso ou retomada de seus territórios, no mercado de trabalho, nos bancos escolares ou exercendo outros direitos de cidadania – em condições distintas daquelas já experimentadas, a ideologia da mestiçagem buscava igualar, sob rígidos códigos hierárquicos, não só os que portavam as marcas sociais da diferença racial, mas também fazia com que as profundas desigualdades existentes entre os grupos sociais fossem subsumidas à identidade nacional. Esta síntese pretendeu impingir à sociedade brasileira uma imagem que, ao que tudo indica, estava longe de ser real.

Contudo, esta síntese pôde se propagar pelos interstícios da sociedade sedimentando-a como uma das maiores referências no que tange às relações raciais na sociedade brasileira. A despeito de todos os indicadores que apontavam para a permanência e aprofundamento das desigualdades entre as raças no país, a ideologia da mestiçagem – esta síntese cultural – e a propalada democracia racial passaram a encarnar e simbolizar, do ponto de vista do discurso oficial, resolução de conflitos em uma sociedade multirracial, servindo mesmo de inspiração para dezenas de estudiosos da questão racial. Esta síntese que persistiu e atravessou várias décadas, porém a partir de 1970, com a revitalização dos movimentos sociais e da luta por redemocratização da sociedade brasileira, passa a ser severamente submetida à realidade brasileira e tencionada por outros aportes teóricos. Em verdade já nos idos de 1950 as pesquisas sobre relações raciais desenvolvidas sob os auspícios da UNESCO já apontavam para os sérios limites do binômio ideologia da mestiçagem e mito da democracia racial; não por outra que Fernandes (2007, pp. 45, 46 e 59) assevera que:

Após a Abolição, sem que se manifestasse qualquer tendência ou processo de recuperação humana do negro e do mulato, esses fenômenos foram focalizados à luz dos requisitos econômicos, jurídicos e políticos da ordem social competitiva. Passou-se a ver nesses fenômenos a matriz da democracia racial e fonte de solução pacífica para a questão racial no Brasil [...] Acresce não só que não se processou uma democratização real da renda, do poder e do prestígio social em termos raciais [...] No contexto histórico surgido após a Abolição, portanto, a idéia da „democracia racial“ acabou sendo um expediente inicial [...] e uma forma de acomodação a uma dura realidade [...] Democracia significa, fundamentalmente, igualdade social, econômica e política. Ora, no Brasil, ainda hoje não conseguimos construir uma sociedade democrática nem mesmo para os „brancos“ das elites tradicionais e das classes médias em florescimento. É uma confusão [...] pretender que o negro e o mulato contem com igualdade de oportunidades diante do branco, em termos de renda, de prestígio social e poder [...] O padrão brasileiro de relação racial [...] foi construído para uma sociedade escravista [...] Enquanto esse padrão de relação racial não for abolido a distância econômica, social e política entre o “negro” e o “branco” será grande, embora tal coisa não seja reconhecida de modo aberto, honesto e explícito.

A reatualização do modelo de Freyre não explicita que a teoria do embranquecimento da sociedade brasileira sempre permeou esta concepção, mas de maneira bastante distinta. Não se tratava mais, evidentemente, de branquear a população pela utilização de mecanismos proibitivos na legislação imigrante, tampouco na defesa das premissas eugênicas, apesar do dispositivo constitucional de 1934. O branqueamento que é inerente à ideologia da mestiçagem consagrou as contribuições afro-brasileiras de modo subjacente e hierarquizado no modelo proposto. Para Andrews (1998, pp. 209 e 210):

O conceito de democracia racial reflete ao mesmo tempo esse legado de equívocos e é parte integral dele. A República tanto estabeleceu o ideal da participação política democrática quanto o negou na prática; a democracia racial desempenhou um papel similar, justificando e defendendo a realidade da desigualdade racial ao invocar o seu oposto. Estava claro para todos que os negros continuavam a ocupar uma posição rebaixada e subordinada na sociedade brasileira [...] A realidade continuada da pobreza e marginalização dos negros não era vista como uma refutação da idéia de democracia racial, mas sim como uma confirmação da preguiça, ignorância, estupidez, incapacidade, etc., o que impedia os negros de aproveitar as oportunidades a eles oferecidas pela sociedade brasileira – em suma, um restabelecimento da ideologia da vadiagem [...] Por isso, aqueles afro-brasileiros que questionavam a noção de democracia racial corriam o risco de ser confrontados com uma análise detalhada das deficiências do grupo racial ao qual eles pertenciam – uma análise que, na melhor das hipóteses, seria dolorosa e embaraçosa de se ouvir, e, na pior, iria se refletir diretamente sobre eles como indivíduos e como membros do grupo racial negro.

O aceno positivo para as três raças contido na aceção de Gilberto Freyre não foi capaz de escamotear que a sociedade brasileira se modernizava levando consigo códigos do

passado. Em verdade, esta tônica que foi rapidamente abraçada como discurso oficial do Estado lançava uma cortina de fumaça sobre as graves condições de vida da população negra que, de um modo geral, em nada se modificaram durante este período que parece prolongar-se até os dias de hoje. Destarte, a pretensa síntese cultural da mestiçagem possibilitou aos setores que construía sua hegemonia no interior da sociedade brasileira desfrutar dos benefícios de um país que rapidamente modificava as estruturas sociais e econômicas sem que suas posições tivessem sido abaladas severamente. Raça e classe se interpenetravam sem se confundir: branquitude e poder se mantiveram praticamente intactos. Os principais beneficiários dos avanços alcançados no período estavam todos eles ligados aos setores sócio-econômicos que passavam a liderar o processo de modernização: o modelo que se consagrava era o de base urbano-industrial em substituição ao primário-exportador. Evidente que a participação dos negros no interior desta dinâmica era muito baixa, senão ínfima.

Portanto, o que se apresentava em *Casa Grande e Senzala* era uma arquitetura sócio-territorial que possuía a qualidade de reposicionar em termos culturais o debate teórico e científico acerca da raça. O credo eugênico, ainda que pudesse persistir, já não encontrava o mesmo apoio institucional e estatal de outrora. Deste ponto de vista, a ideologia da mestiçagem que passara a consagrar o embranquecimento por intermédio da assimilação da cultura negra ganhara destaque não só internamente, mas apresentava a sociedade como um exemplo de síntese cujos resultados eram veiculados pela intelectualidade e por governantes desejosos de atribuir um perfil homogêneo ao povo brasileiro, sob o manto de um (único e imaginário) território nacional (Arruti, 2006, pp. 55–78).

Não é por outra razão que entre as décadas de 1930 e 1950 várias manifestações culturais negras passam a integrar a “alma do povo brasileiro”. O samba, a capoeira e o carnaval, antes tratados como caso de polícia, são bons exemplos das possibilidades contidas na mestiçagem: integração subordinada à identidade nacional. Desta forma, a ideologia da mestiçagem estabelecia um paradigma complexo e em larga medida difícil de ser eficazmente combatido. Por um lado, acenava com a possibilidade de ruptura com o passado e herança escravocrata tornando as culturas negras referências obrigatórias no tabuleiro das relações sociais e, ao mesmo tempo, tornava estas mesmas relações impermeáveis à ascensão e à visibilidade da população negra e de outros grupos sociais que ocupavam posições inferiorizadas no interior da nação e do símbolo que “melhor” representava a identidade nacional: o mestiço.

Portanto, a tese central de Freyre “avança sem sair do lugar”. Se, por um lado, estabelece um padrão crítico em relação ao racismo científico; por outro, reintroduz o próprio racismo na medida em que grupos sociais subalternizados apenas figuram como integrantes do mosaico étnico e racial da sociedade e não como portadores de direitos. Em verdade, esta condição atribuída à população negra de um modo geral assegurava os locais de visibilidade, poder e prestígio social àqueles que hegemonizaram a cena social, política e cultural do Brasil desde antes e agora a partir dos anos 30. Em termos já mencionados anteriormente, a ideologia da mestiçagem isenta os brancos de quaisquer responsabilidades em relação ao passado escravocrata ou àquele momento de fortalecimento da cidadania. Em outras palavras, a assimilação das culturas negras anuncia as ações em prol do branqueamento da nação que deixava intactas as posições de mando e poder que a branquitude permanecia exercendo.

Esta percepção que explicita de modo crítico a ideologia da mestiçagem e o mito da democracia racial como fundantes de outra hierarquização racial no Brasil e que ainda mantém raízes no pensamento social, tende a desafiar aqueles que buscam reacomodar seus interesses incrustados no Estado, nas políticas públicas e na distribuição pouco equitativa de bens públicos – como é o caso das vagas nas universidades – provocando reações bastante incisivas na defesa de uma concepção que parece enfrentar sérios problemas para explicar tamanha desigualdade entre distintos grupos sociais, a partir de uma suposta harmonia social atribuída a *pax* racial anunciada pelo branqueamento com base no ideário da mestiçagem e suposta democracia racial. Ao se indagar sobre o que Gilberto Freyre realizou com sua obra Santos (2002, pp. 160 e 161) responde que:

Ele [Gilberto Freyre] coloca o negro em foco, ele rompe com o silêncio que recobria a questão racial, ele „denuncia“ o racismo de outrora e inventa um novo racismo, como ele mesmo diz, apoiado em uma antropologia cultural. Ele inventa uma cultura da mestiçagem, uma apologia da mestiçagem, que pode ser valorizada ao se opor àquilo que é legitimamente negro. O que torna possível a aceitação desta cultura é o fato de ela redefinir o lugar de inferioridade do negro (ele continua subalterno ao branco); por manter a dominação do branco sobre o negro por meio do paternalismo; por atribuir ao negro aspectos do primitivo; por ratificar (agora falsamente valorizado) todos os atributos já legados ao negro [...] Ao recriar a história do negro no Brasil da forma como faz [...] Gilberto Freyre contribui não só para a invenção de uma nova „identidade“ para os negros, brancos e mestiços, como também para a configuração de toda uma identidade nacional baseada em uma falsa democracia [...] É exatamente este o caráter da democracia racial brasileira: raça e cor não são abertamente mencionadas (é um assunto de alcova) desde que cada qual obedeça os limites estabelecidos pelo caráter de sua cultura, de sua origem étnica, de sua cor.

Este empreendimento sociológico levado adiante por Freyre havia proporcionado um patamar para as relações raciais quase que intocável do ponto de vista do encontro das culturas em latitudes tropicais. Contudo, o que já era criticado e, mais recentemente, foi aprofundado é exatamente esta condição atribuída ao negro dentro do modelo da mestiçagem. Aqui, a reconfiguração havida impossibilitava aos negros, e suas representações culturais, sociais e políticas conquistarem espaços na cena pública de modo que suas histórias fossem valorizadas positivamente e equiparadas às histórias de tantas outras nacionalidades que para cá migraram. Ainda que em determinados aspectos da cultura afro-brasileira se fizessem presentes no interior deste cânone, havia locais previamente determinados para tais expressões; locais estes que foram delimitados pelos próprios pressupostos da arquitetura sócio-cultural inerente a obra de Gilberto Freyre<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Santos (2002: p. 150) afirma: “Embora a contribuição africana seja avaliada fora da perspectiva racista de outrora, isso não significou a elevação do sujeito negro à mesma categoria do branco. Ele ainda é o outro, diferente e estranho, portador de uma cultura exótica. Mas agora é o estranho desejado por essas mesmas características. Em Freyre, o negro continua sendo objeto, complemento para o branco que se sobrepõe a ele [...] Passa-se, então, a uma apologia da mestiçagem, não na prática, mas na teoria, na qual ela é reconhecida como elemento básico da formação do povo brasileiro”.

As posições contemporâneas de defesa das políticas de ação afirmativa e na defesa da demarcação de territórios quilombolas, por exemplo, se tornam fundamentais não apenas por denunciar a presença ainda muito tímida da população negra no interior das políticas públicas, especialmente as de demarcação de terras quilombolas. Mas, também por outras razões: ao fazê-lo põe em xeque uma das mais duradouras formas de se pensar a sociedade brasileira, assim é que para Mattos (2009, pp. 78 e 79):

...com as características históricas das elites brasileiras, a alternativa não poderia ser outra: a opção deliberada pela exclusão social e racial. Do mercado de trabalho à educação, não houve setor social em que as populações negras não tivessem de enfrentar as ações discriminatórias, sabotadoras e proibidoras de qualquer tentativa de ascensão social, coletiva ou individual [...] Qualquer semelhança entre a segunda metade do século XIX e o início do século XXI; qualquer semelhança entre as tentativas de sabotar as possibilidades de ascensão social das populações negras, naquele período e no período presente; bem como qualquer semelhança entre o comportamento excludente das elites de lá e de cá, não são meras coincidências. Ao menos em termos raciais, os excluídos são os mesmos e as elites, também.

Com tudo isto, a estrutura política, territorial e cultural do modelo da mestiçagem parece apresentar fissuras para as quais as tradicionais interpretações presentes no pensamento social brasileiro, que não apresentavam a raça como categoria central para a compreensão das relações sociais e das desigualdades, parecem não ter alternativas. Ao que tudo indica estamos presenciando um processo de mudança no pensamento social<sup>6</sup> e, neste sentido, as críticas à mestiçagem e a propalada democracia racial ganham robustez no interior da sociedade e com especial destaque para a formulação de novos quadros teóricos que nos auxiliem a interpretar o emblema das raças, da presença negra e dos grupos sociais subalternizados que têm se insurgido contra orientações políticas, culturais e teóricas que tendem a repositonar estes grupos sociais, indefinidamente, de maneira hierarquizada e desigual no Brasil, de ontem ou de hoje.

---

<sup>6</sup> Em Garcia (2009: pp. 309 e 310) encontramos a seguinte passagem: “Temos visto como, nas primeiras construções discursivas, os europeus nos tornaram africanos abstratos, depois negros, posteriormente raças, imediatamente escravos, e desse modo, montaram um marco conceitual que, após 500 anos, continua acompanhado de práticas reprodutoras, desde seus iniciais instrumentos ideológicos até a reprodução tragicamente compulsiva, internalizada em nós mesmos [...] Por ironia da história, essa estrutura do conhecimento foi legitimada pelas ciências sociais e humanas dos antigos Estados que praticaram o tráfico negreiro e os sistemas escravistas [...] Trata-se de começar a repensar, a reconstruir e, o mais arriscado, a desconhecer esse desconhecimento que sobre nós foi construído pelos “outros” e que ficamos repetindo como robôs durante meio século [...] Trata-se de uma ruptura com esse conhecimento [...] Quando propomos a necessidade de construirmos uma afroepistemologia, significa ruptura com esse conhecimento estruturado sobre nós, já que ele é um conhecimento questionado, que ocultou o potencial de nossas contribuições para a aldeia planetária, não só para as Américas, mas para a humanidade toda”.

## **Considerações finais**

Questão que vem à tona com o atual debate se relaciona com as questões sobre a desigualdade que marca a sociedade brasileira. Com propriedade os movimentos sociais negros conseguiram estabelecer uma conexão lógica entre as assimetrias sociais e econômicas e a questão racial. Este diagnóstico não é recente, desde fins do século XIX as entidades do Movimento Negro denunciam este amálgama entre desigualdades e raça. Contudo, este momento parece ser mais profícuo nos dias de hoje, particularmente no que se refere à percepção e ao envolvimento da sociedade em relação à compreensão da existência de links entre às condições de vida e as pertenças étnicas e raciais de indivíduos e grupos sociais.

Não é à toa que nos dias de hoje além das denúncias de preconceito e discriminação racial cotidianos, ainda parecem ser necessárias estratégias de mobilização, denúncias e reivindicações de distintas naturezas: de promoção da igualdade racial, da implementação de políticas de ação afirmativa, de que a política pública se torne sensível à diferença e do reconhecimento das especificidades de grupos sociais. Do ponto de vista das relações raciais o debate sobre as políticas de ação afirmativas e, sobretudo, a demarcação de territórios quilombolas ganhou novas colorações quando o tema e as estratégias utilizadas para debatê-lo foram remetidas para o núcleo das relações sociais construídas entre os grupos brancos ao longo de décadas ou que se percebem como tais e os grupos sociais representados pela população negra e pelos povos indígenas.

Este texto pretendeu indicar algumas pistas que permitem compreender o que o atual debate esconde e desvenda, concomitantemente, e quais os recursos teóricos que estão sendo mobilizados para dar sustentação aos diferentes posicionamentos existentes. Este ângulo de abordagem parte do suposto que as posições expressas nos textos produzidos e nas posturas políticas têm profunda relação não só com as desigualdades, mas com a manutenção de posições sociais de mando dos que se beneficiam dessas mesmas desigualdades.

Sim, há os que ganham e os que perdem neste cenário no interior do qual as desigualdades parecem ser inarredáveis ainda que se reconheça uma pequena, mas efetiva, melhora desses indicadores na última década. Não deve ser simples coincidência, mas pode ser que haja algum tipo de correlação entre a redução das desigualdades e o aprimoramento dos instrumentos democráticos e à implementação de políticas públicas voltadas à valorização e ao reconhecimento da presença negra no interior da sociedade brasileira.

Portanto, não se pode deixar enganar. Os avanços conquistados com a crescente implementação destas políticas possui laços orgânicos com os processos históricos e sociais dos últimos 30 ou 40 anos. A mobilização de hoje recupera a participação dos movimentos sociais e outras organizações da sociedade em prol da democracia já na década de 1970. Naquele período além das bandeiras operárias e sindicais, várias outras foram desfraldadas nas praças públicas reivindicando que a sociedade e a política pública empreendessem esforços no sentido da promoção da igualdade e de reconhecimento. Tratava-se, a um só tempo, de uma dupla bandeira: promoção da igualdade e respeito às diferenças.

Ainda que em parcela dos estudos que vêm se dedicando ao exame das políticas de valorização e reconhecimento da população negra possa prevalecer demandas sintetizadas na busca de igualdade de oportunidades, é importante destacar a existência de outras

abordagens neste mesmo campo. Ambas as proposições advogam inegáveis avanços na consolidação dos direitos de cidadania e na defesa dos preceitos da igualdade. Ambas posicionam-se contrariamente àqueles que por sua vez se mostram críticas ou rejeitam à adoção de critérios étnicos e raciais para as políticas públicas. Alegando que a mestiçagem é fundante da sociedade nacional e que perigosas divisões serão criadas nesta mesma sociedade, insistem sobre a necessidade do mito para coesionar a população em torno da idéia de nação.

Os detratores das políticas de valorização e reconhecimento da população negra ainda precisam apresentar alternativas viáveis para que os níveis e indicadores das desigualdades raciais sejam minimizadas em curto espaço de tempo. Os contornos étnicos e raciais apareciam para esses como reserva moral que não poderia ser rompida, não poderia ser violada. Mas, por quê?

Analisar a adoção de políticas de valorização e reconhecimento da população negra requer atenção quanto aos objetivos a serem alcançados. De um modo geral, estas políticas tendem a permanecer circunscritas à promoção da igualdade racial, ou seja, se os objetivos são os de equiparação de grupos sociais na ocupação de territórios, da presença em postos públicos e de prestígio social, estas políticas são concebidas no interior de limites temporais. Ao ser atingidos tais objetivos esta poderia cessar uma vez que as desigualdades teriam sido corrigidas. No fundamento deste argumento, a crença da impossibilidade de que condições adscritas possam em alguma medida diferenciar os indivíduos, e se isto ocorre as políticas ser mobilizadas no sentido da necessária correção.

Ao longo de 127 anos desde a Abolição da Escravidão e Proclamação da República, as elites buscaram construir uma imagem negativa, em especial, da população negra e dos povos indígenas. Empreenderam esforços no sentido de que a branquitude não fosse compreendida nos termos da racialização, operando perspectivas teóricas que, ou anulavam completamente esses grupos ou os submetiam a rígidas hierarquias sociais. A partir de 1930 a estratégia buscada foi a da assimilação dos traços culturais, particularmente dos negros, porém negada a integração àquela sociedade. Em alguma medida reconheciam os horrores das senzalas, mas aos descendentes das pessoas que lá foram mantidas por cerca de 350 anos não se permitia acesso aos bens públicos, ou privados. Educação, trabalho, saúde, habitação e segurança públicas jamais foram permitidos aos descendentes dos escravizados, e as exceções apenas ratificam a regra geral da exclusão.

Leis chegaram mesmo a proibir à população negra sua presença em salas de aula e outras criminalizaram suas crenças religiosas e práticas culturais. O desemprego e a precariedade dos empregos “disponíveis” a esta população foram tipificados como ilícitos penais. Por isso, o debate sobre a identidade e o território nacional também recoloca no cenário político e educacional histórias ocultadas por décadas a fio. Sabendo da inexistência das raças do ponto de vista biológico ou genético, as proposições do Movimento Negro contemporâneo reconhecem os efeitos nocivos sobre aqueles que o processo social, conduzido por grupos hegemônicos brancos, relegou às piores situações sociais, propondo que a igualdade seja promovida sim, porém que a presença e contribuição da população negra também se faça presente, ou seja, que as marcas sociais da diferença sejam constituintes da cidadania desses grupos.

Esta orientação também é tributária do protagonismo exercido pelo Movimento Negro contemporâneo, redimensiona o papel que podem cumprir políticas de valorização e

reconhecimento da população negra em sociedades contemporâneas e multirraciais. Essas políticas poderiam contribuir para que o “peso” das injustiças simbólicas e econômicas a que foram submetidos esses “Outros” fossem minimizadas. Parece não se tratar de indicar limites temporais na adoção de tais política, porém de fazer com que tais marcadores sejam representados de maneira positiva nos espaços públicos de toda sociedade e que estejam inseridos nas matrizes formativas em todos os níveis da educação no país. Mesmo que ainda seja relativamente cedo para se afirmar quais serão os resultados concretos desta transição, já podemos inferir com algum grau de assertividade que as políticas de valorização e reconhecimento da população negra cumprem papel estratégico neste momento. Elas são imprescindíveis para a construção de uma sociedade democrática que oportunize condições de igualdade e respeite as diferenças.

## Referências

- Andrews, G. R. (1998). *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. EdUSC.
- Araújo, R. B. de. (2005). *Guerra e Paz. Casa Grande e Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Ed. 34.
- Arruti, J. M. P. A. (2006). *Mocambo. Antropologia e História do Processo de Formação Quilombola*. Bauru: Ed. USC-ANPOCS.
- Bento, M. A. S. (2002). Racialidade e Produção de Conhecimento. En: *Racismo no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, ABONG.
- Carvalho, J. M. de. (2009). *Cidadania no Brasil. O Longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Costa, S. (2009). Unidos e Iguais? Anti-Racismo e Solidariedade no Brasil Contemporâneo. <http://www.pensamientoiberoamericano.org/xnumeros/1/pdf/pensamientoIberoaamericano-48.pdf> Acesso em 05 de fevereiro de 2015.
- Diwan, P. (2007). *Raça Pura. Uma História da Eugenia no Brasil e no Mundo*. São Paulo: Contexto.
- Fanon, F. (2008). *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EdUFBA.
- Fernandes, F. (2007). *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo: Global.
- Fonseca, P. C. D. (1999). *Vargas: O Capitalismo em Construção*. São Paulo: Brasiliense.
- Hall, S. (2006). *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Maió, M. C. (2007). Modernidade e Racismo. Costa Pinto e o Projeto Unesco de Relações Raciais. In: Pereira, C. L. e Sansone, L. (orgs.). *Projeto UNESCO no Brasil*. Salvador: EdUFBA.
- Mattos, W. R. de. (2009). Aspectos Históricos da Exclusão Racial: Ou como Nós, Historiadores Negros, Podemos Contribuir com o Debate Contemporâneo sobre as Ações Afirmativas. In: Silvério, V. R. e Moehlecke, S. (orgs.). *Ações Afirmativas nas Políticas Educacionais. O Contexto Pós-Durban*. São Carlos: EdUFSCar.
- Medeiros, C. A. (2004). *Na Lei e na Raça. Legislação e Relações Raciais, Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Medeiros, P. M. (2009). *“Raça” e Estado Democrático: o Debate Sociológico acerca das Políticas de Ação Afirmativa no Brasil*. Dissertação de mestrado: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos.

- Moya, T. S. (2009). *Ação Afirmativa e Raça no Brasil: Uma Análise de Enquadramento Midiático do Debate Político Contemporâneo sobre a Redefinição Simbólica da Nação*. Dissertação de mestrado: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos.
- Munanga, K. (2004). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade Nacional versus Identidade Negra*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Ortiz, R. (2008). *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense.
- Paixão, M. e Carvano, L. (orgs.). (2008). *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2007-2008*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Santos, G. A. dos. (2002). *A Invenção do Ser Negro. Um Percurso das Idéias que Naturalizaram a Inferioridade dos Negros*. São Paulo: EDUC/FAPESP & Rio de Janeiro: Pallas.
- Schwarcz, L. M. (2001). *Racismo no Brasil*. São Paulo: PubliFolha.
- Seyferth, G. (2002). Racismo e o Ideário da Formação do Povo no Pensamento Brasileiro. In: Oliveira de, I. (org.). *Cadernos PENESB 4*. Niterói: EdUFF.
- Silvério, V. R. (1999). *Raça e Racismo na Virada do Milênio: Os Contornos da Racialização*. Tese de doutorado: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas.
- Theodoro, M. (2008). *A Formação do Mercado de Trabalho e a Questão Racial no Brasil*. In: Theodoro, M. (org.). *As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil 120 anos após a Abolição*. Brasília: IPEA.